
O estudo das Universidades da Terceira Idade, em Portugal, enquanto objecto de análise sociológica na área da Sociologia da Educação, não tem sido uma prática comum, não o tendo sido tão-pouco noutras áreas disciplinares. Consideramos que diferentes factores têm contribuído para a inexistência de trabalhos neste âmbito, quer sobre as Universidades da Terceira Idade, em particular, quer, em geral, sobre a educação envolvendo adultos idosos.

Um desses factores deve-se à pouca visibilidade que a Sociologia da Educação tem dado a contextos educativos não-escolares, como tem vindo a ser referido por Afonso (1992 e 2001a). A centralidade que a escola tem tido, não só na sociedade como nas Ciências da Educação, e em particular na Sociologia da Educação, é por demais evidente. No entanto, a investigação sobre contextos de educação não-formal permitirá a tomada de consciência de que a educação não se reduz à escola nem a uma das suas dimensões — o ensino — mas que a educação é mais englobante, quer em relação aos contextos educativos, quer às diferentes dimensões educativas (socialização, ensino e estimulação) e à população que pode e deve abranger. A educação não-formal, entre outros aspectos, caracteriza-se por ser heterogénea em relação aos contextos em que ocorre, aos públicos a que se dirige, aos conteúdos que transmite, às metodologias que utiliza e às relações pedagógicas que pode privilegiar ou fazer (pre)dominar.

Ora, no âmbito da educação não-formal, um dos públicos que começou a ser alvo de actividades educativas específicas foi a terceira idade, o que acabou por redundar na criação de universidades que lhe eram especialmente dirigidas. Aliás, refira-se que para estas dificuldades de estudo muito poderá ter contribuído o facto de as Universidades da Terceira Idade estarem associadas a uma faixa etária que só muito gradualmente tem vindo a libertar-se de uma imagem negativa, que ainda perdura. Por

tudo isto, não é de estranhar que, durante muito tempo, a dita terceira idade nem sequer tenha sido pensada como destinatária de oportunidades educativas.

Neste cenário, o nosso trabalho pretende contribuir para o estudo de diferentes contextos de educação analisando particularmente as Universidades da Terceira Idade. Compreender a sua emergência, o seu papel ou funções, assim como as culturas que transmitem, são objectivos da nossa investigação. Deste modo, a questão da educação para os adultos idosos é um dos temas em que se enquadra no estudo que iremos desenvolver sobre uma Universidade da Terceira Idade portuguesa, enquanto contexto educativo não-formal que se dirige especificamente para a terceira idade.

Portanto, o presente trabalho visa ser um contributo para o conhecimento na área das Ciências Sociais e da Sociologia da Educação, particularmente da Sociologia da Educação não-escolar, entendida não como uma nova ciência, mas como “a sociologia da educação dando conta de novas formas de educação e de novos contextos de aprendizagem que não se confinam à escola tradicional e que podem e devem, na nossa perspectiva, constituir-se como um novo *objecto real*” (Afonso, 1992, p. 86).

Neste sentido, e na medida em que esta é uma realidade pouco conhecida sociologicamente, não tendo podido, por isso mesmo, dar origem a um saber já muito consolidado teoricamente, foi sentida a necessidade de enveredar por um “estudo tipo etnográfico”¹, inspirado nos princípios metodológicos e científicos de um estudo de caso, permitindo uma investigação mais heurística, explorando assim este campo. Deste modo, não pretendíamos tanto a verificação de hipóteses formuladas no início e a comprovação de teorias, mas antes uma forma de descobrir e de construir um esquema de leitura da realidade, não pondo em causa a formulação de algumas hipóteses, nem a

¹ Marli André (1995) usa esta expressão quando preconiza que numa pesquisa de “tipo etnográfico” nem sempre se tem que verificar todos os aspectos que caracterizam uma investigação etnográfica, “como por exemplo uma longa permanência do investigador em campo, o contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais na análise de dados” (André, 1995, p. 28).

orientação de certas perspectivas teóricas². Esta opção é fundamentada nas características de uma investigação desta natureza, sendo descritas por Lüdke & André da seguinte forma:

“Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima. O fato de não existirem hipóteses ou questões específicas formuladas *a priori* não implica a inexistência de um quadro teórico que oriente a coleta e a análise dos dados. O desenvolvimento do estudo aproxima-se a um funil: no início há questões ou focos de interesse muito amplos, que no final se tornam mais diretos e específicos. O pesquisador vai precisando melhor esses focos à medida que o estudo se desenvolve” (Lüdke & André, 1986, p. 13).

A nossa opção por uma investigação inspirada nos princípios atrás referidos foi também baseada no facto de esta se revestir de um carácter holístico, permitindo assim ter acesso a dados mais abrangentes sobre diferentes aspectos, tais como o processo de criação, as lógicas e racionalidades de funcionamento e as diferentes interacções que se desenrolam numa Universidade da Terceira Idade.

Contudo, foi igualmente considerado pertinente a realização de um estudo exploratório inicial, abrangendo todo o universo das UTIS's existente em 1998, possibilitando obter um primeiro “retrato” destas instituições e, desta forma, permitir a escolha do caso para o estudo empírico.

Em termos de investigação teórica existiu a preocupação em convocar e em articular diferentes análises de domínios científicos adequados ao objectivo do nosso trabalho e tendo em vista a construção do objecto de investigação.

Uma das primeiras problematizações pretendida foi o conceito de terceira idade, visto considerarmos imprescindível analisá-lo sociologicamente para compreendermos a sua emergência. Para esta problematização foram convocados diferentes autores, dos

² Conforme Costa (1990) afirmou: “(...) teorias e hipóteses funcionam mais como mapeamento genérico e provisório de chamadas de atenção do que como conhecimento substantivo” (Costa, 1990, p. 143).

quais destacámos Guillemard e Lenoir, pela relevância científica de que se reveste a sua análise e pela referência que constituem as suas obras nesta matéria.

Sinteticamente, estes autores salientam que os idosos ou estavam sob responsabilidade do grupo familiar, ou eram internados em asilos, ou, ainda, ficavam dependentes de instituições de caridade. A imagem social desta velhice era uma imagem depreciativa, porquanto a velhice era encarada como sinónimo de dependência e inutilidade, encontrando-se inserida na área da exclusão social. Diferentes mudanças sociais, políticas e económicas fizeram emergir a *categoria social autónoma da terceira idade*, que, por sua vez, foi alvo de políticas sociais específicas, subentendendo outra concepção de velhice. O conceito de *terceira idade* pretende assim romper com uma imagem de velhice associada à decrepitude, à indigência, à dependência e doença, passando a significar uma velhice autónoma, capaz e activa. Deste modo, surgem equipamentos, serviços e instituições diferentes, pressupondo uma nova representação de velhice, como centros de dia, ajuda domiciliária, lares, casas de repouso, residências e universidades para a terceira idade.

Esta problematização implicou que se convocasse a perspectiva história para assim se aceder à evolução das formas de tratar a velhice, ou seja, da protecção social, dando conta de algumas *transformações objectivas* que deram origem à emergência em Portugal da categoria social que é a terceira idade. Explicitando um pouco, digamos que se considerou importante perceber como, em Portugal, a velhice foi emergindo sob a forma de problema social e que *alterações objectivas* contribuíram para o aparecimento da terceira idade como *categoria social autónoma* e como *categoria de acção política*. A velhice nem sempre foi alvo de uma política específica e a forma de a tratar nem sempre foi a mesma. A generalização dos sistemas de reforma originou um novo modo de intervir na velhice e de a perceber. Cada vez se associa mais a velhice à reforma

e esta surge como o denominador comum do grupo dos mais velhos, conferindo-lhe uma aparente homogeneidade. Assim, a emergência dos sistemas de protecção na velhice, concretamente dos sistemas de reforma, contribuiu para uma nova forma de representar e tratar a velhice, ou seja, para a emergência de uma política dirigida especificamente para esta faixa etária.

Da referida problematização, também se concluiu que o conceito de terceira idade corresponde à forma como a classe média representa a velhice, visando desligá-la de uma visão depreciativa. O que se pretende é que esta nova velhice – a terceira idade – seja autónoma e activa. Assim, preconiza-se um estilo de vida para esta faixa etária, que seja dinâmico, que incite/promova a participação em diferentes tarefas da comunidade, como o voluntariado, que previna o envelhecimento físico, intelectual e psíquico através de uma alimentação cuidada, de exercício físico e de estímulos cognitivos e intelectuais. A gerontologia foi, aliás, um dos campos científicos que contribuíram para a difusão desta representação da terceira idade, como também para o modo como as pessoas incluídas nesta fase da vida passaram a vivenciá-la. As Universidades da Terceira Idade destinar-se-iam, assim, privilegiadamente, a diferentes fracções de classe social.

Seguindo-se esta orientação, convocámos diferentes autores que têm trabalhado nesta área da gerontologia e, especificamente, da gerontologia educativa, contribuindo para a clarificação, quer dos princípios que enformam a política de terceira idade, quer das práticas educativas para os adultos idosos. As diferentes perspectivas teóricas que foram abordadas, concretamente a perspectiva funcionalista e a perspectiva crítica, são as que têm dominado este campo. Considerámos no entanto mais pertinente a teoria crítica porque permite discutir e problematizar as diferentes actividades educativas para

a educação de adultos idosos, tendo em conta a justiça social, no sentido do direito à educação ser um direito para todos os adultos idosos.

No entanto, também tivemos em conta que as diferentes políticas dirigidas para a terceira idade poderiam contribuir para que não fosse garantido o direito à educação para todos os idosos, levando a questionar o papel do Estado, considerando que se tem vindo a privilegiar uma lógica de mercadorização da educação no âmbito das políticas de educação de adultos.

Toda esta investigação teórica conduziu-nos ao nosso objecto de investigação, ficando assim delineado que as Universidades da Terceira Idade, enquanto contexto educativo não-escolar, privilegiam o acesso à cultura e à educação de certos grupos sociais de idosos, concretamente da classe média, e não dos idosos de todos os grupos sociais.

Depois deste enquadramento teórico e através de uma pesquisa de cariz etnográfico, como já afirmámos, pretendemos responder, no decurso do nosso trabalho, à questão de saber se a Universidade da Terceira Idade escolhida se destina, privilegiadamente, às pessoas idosas da classe média, sendo esta população a mais representada, não esquecendo que esta classe social pretenderá demarcar-se de uma imagem negativa da pessoa idosa – associada à doença (a que normalmente se denomina 4.^a idade), e à pobreza – e que através da UTI, as pessoas reformadas da classe média poderão manter uma posição de prestígio, distanciando-se de uma imagem de velhice negativa, evidenciando várias capacidades e autonomia.

Neste contexto educativo não-escolar, escolhido para a investigação empírica, também se pretende dar conta de algumas dinâmicas e lógicas que traduzem a forma como os seus protagonistas percebem e concretizam, na prática, o seu próprio projecto educativo e cultural para adultos idosos.

Passando à descrição da estrutura do presente trabalho, indicamos que o mesmo se encontra dividido em seis capítulos, os quais abordam diferentes temáticas, como apresentamos seguidamente.

No primeiro capítulo, visa-se problematizar sociologicamente o conceito de “terceira idade”, salientando a emergência desta categoria, bem como a institucionalização da velhice como problema social. Pretende-se compreender que à emergência da terceira idade está associado um modo de vida e uma representação social de velhice.

No segundo capítulo, pretende-se analisar o processo histórico, social e político que conduziu à emergência da “terceira idade”, contextualizado na realidade portuguesa, abordando-se a forma como a velhice foi sendo tratada desde meados do século XIX até ao ano de 1976. Salientando os principais aspectos deste longo processo, este capítulo não tem a pretensão de elaborar um estudo exaustivo, visando, antes, fornecer um enquadramento adequado para a nossa investigação.

No terceiro capítulo, procurou-se dar conta dos desenvolvimentos dessa nova forma de intervir na terceira idade, entre 1976 e 2002, questionando sobre a existência ou a ausência de uma política global para terceira idade. Desta forma, pretende-se analisar, no contexto português, que políticas foram desenvolvidas para esta faixa etária, os seus objectivos, as representações dos idosos, dando conta do papel que o Estado e outras instituições têm vindo a desempenhar nesta área.

No quarto capítulo, são objecto de análise as políticas de educação de adultos, em Portugal, compreendendo o período entre 1985 e 2002. Problematiza-se, principalmente, a situação deste sector e a ausência de uma política pública de educação de adultos, bem como o que (não) se tem feito em termos de educação para adultos idosos.

No quinto capítulo, foram tratadas as principais correntes teóricas que têm predominado na gerontologia educativa, focando as suas principais temáticas, conceitos e autores. De entre as problemáticas apresentadas nesse quadro inicial, destacamos a questão das actividades educativas para os adultos idosos que, segundo Glendenning e Batterseby (1990), se dirigem, principalmente, para os adultos idosos da classe média, sendo exactamente uma das questões que pretendemos analisar no nosso trabalho.

Assim, abordámos mais em profundidade alguns aspectos da teoria bourdieusiana que considerámos pertinentes para a problematização da relação que os adultos idosos estabelecem com a educação, como, por exemplo, a sua análise sobre os estilos de vida.

A investigação empírica e o modelo de análise serão objecto do sexto capítulo. Para além da apresentação das diferentes opções metodológicas que fundamentaram a pesquisa empírica, reflectiremos sobre os procedimentos que possibilitaram a sua concretização.

O estudo exploratório sobre as Universidades da Terceira Idade existentes no nosso país entre 1998 e 1999, assim como a investigação de cariz etnográfico realizada numa Universidade da Terceira Idade, permitiram recolher informações pertinentes sobre esta realidade pouco conhecida em Portugal, que será apresentada e tratada igualmente no sexto capítulo, que se inicia com um “retrato” das Universidades da Terceira Idade em Portugal e na Europa, contribuindo para dar visibilidade e para caracterizar este universo até agora nebuloso. Em seguida, apresenta-se o caso escolhido para a nossa investigação, problematizando os diferentes dados.